



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 2.537/2018
De 27 de Setembro de 2.018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE
2.019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR LAND, Prefeito Municipal de Condor, Estado do Rio Grande do Sul;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 85, inciso II da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2019, compreendendo:

- I – as metas e riscos fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para o quadriênio de 2018/2021;
- III – a organização e estrutura do orçamento;
- IV – as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- V – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII – as disposições relativas ao Regime de Execução das Emendas Individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentário anual;
- IX – as disposições gerais.

§ 1º - As diretrizes orçamentárias tem entre suas finalidades:

- I – orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

II – ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população.

§ 2º - A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2019, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I – priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;

II – evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;

III – atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei.

CAPÍTULO II
Das Metas e Riscos Fiscais

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no **ANEXO I**, composto dos seguintes demonstrativos:

I – das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da LC nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

II – da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2017;

III – das metas fiscais previstas para 2019, 2020 e 2021, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018;

IV – da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;

V – da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;

VI – da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

VII – da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da LC nº 101/2000;

VIII – da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

§ 1º - As metas fiscais estabelecidas no **Anexo I** desta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas.

§ 2º - Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata o inciso I do *caput* deverá ser elaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentário anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º - Durante o exercício de 2019, a meta resultado primário prevista no demonstrativo referido no inciso I do *caput*, poderá ser reduzida até o montante que corresponder a frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

§ 4º - Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 5º - Nas hipóteses de revisão dos valores das metas fiscais de que trata este artigo, e para efeitos de avaliação na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparadas com as metas ajustadas.

Art. 3º - Estão discriminados, no **Anexo II**, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentárias e os passivos contingentes, capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da LC nº 101/2000.

§ 1º - Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2019, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º - Também são passivos contingentes, obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2019 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º - Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

§ 4º - Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo poderá reduzir as dotações destinadas para investimentos, desde que não comprometidas.

CAPÍTULO III
Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal Extraídas do Plano Plurianual

Art. 4º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/20212, conforme Lei Municipal nº 2.460, de 06 de outubro de 2017 e suas alterações, especificadas no **Anexo III**, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizados pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

§ 2º - As metas e prioridades de que trata o *caput* deste artigo, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2019 surgirem demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 3º - Na hipótese prevista no § 2º, as alterações do Anexo de Metas e Prioridades serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

CAPÍTULO IV
Da Estrutura e Organização do Orçamento

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – **Programa**: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II – **Atividade**: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

III – **Projeto**: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – **Operação Especial**: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – **Órgão Orçamentário**: o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias:

VI – **Unidade Orçamentária**: o menor nível da classificação institucional.

§ 1º - Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999 e suas posteriores alterações.

§ 3º - A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º - Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo Único – As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, utilizando-se a modalidade de aplicação 91- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 92 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, e será composto de:

- I – texto da Lei;
- II – consolidação dos quadros orçamentários;

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os seguintes quadros:

I – discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12. Da LC nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº 101/2000;

IV – demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme o art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V – demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/64;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº 101/2000;

VII – demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII – demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

IX – demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

X – demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

XI – demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 9º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentário anual conterá:

I – relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2019, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II – resumo da política econômica e social do Governo;

III – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64;

IV – memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V – demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2018 e a previsão para o exercício de 2019;

VI – relação dos precatórios a serem cumpridos em 2019 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VII – relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas na forma estabelecida pelo art. 11 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, bem como os valores correspondentes.

CAPÍTULO V

Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 10 – Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos.

Parágrafo Único – Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria da Fazenda e Planejamento, até 30 de Setembro de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

consolidação do Projeto de Lei Orçamentário de 2019, observadas as disposições desta Lei.

Art. 11 – A elaboração e aprovação do Orçamento para o exercício de 2019 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência (s) pública (s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º - A Câmara Municipal organizará audiência (s) pública (s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 12 – Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

Parágrafo Único – A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, e observada a respectiva legislação pertinente, ser delegada a Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

Art. 13 – Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2019.

§ 1º - Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2019, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º - Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da constituição Federal e da metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 12/2017 do Tribunal de Contas do



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

Estado, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14 – Constarão no projeto de lei orçamentária reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I – atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos relacionados no Anexo de que trata o art. 3º desta Lei.

II – cobertura de créditos adicionais;

III – atender ao disposto no art. 58 desta Lei.

§ 1º - A reserva de contingência, de que trata o inciso I do *caput*, será fixada em, no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º - Na hipótese de ficar demonstrado que as reservas de contingência constituídas na forma dos incisos I e III do *caput* não precisarão ser utilizadas para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Art. 15 – Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão incluídos novos projetos na Lei Orçamentária de 2018 se:

I – tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV destalei;

II – a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 16 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, conforme o caso.

§ 2º - No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2019, em cada evento, não exceda a 10 (dez) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 17 – A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2º do art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

I – o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2019 e de créditos adicionais;

II – os limites estabelecidos nos arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e

III – o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo de que trata o art. 2º, VIII, desta Lei.

Art. 18 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º, da LC nº 101/2000, deverá, no mínimo, evidenciar, em relatórios próprios os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

I – dos programas finalísticos e respectivas ações previsto no Plano Plurianual;

II – do m² (metro quadrado) das construções e do m² (metro quadrado) das pavimentações;

III – do custo aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar e do custo aluno/ano com merenda escolar;

IV – do custo da destinação final da tonelada de lixo;

V – do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

§ 1º - O controle de custos de que trata o *caput* será orientado para o estabelecimento da relação entre despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º - Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 3º - Os relatórios referidos no *caput* deverão ser disponibilizados em meio eletrônico de acesso ao público, em até 30 (trinta) dias contados da data de sua emissão.

Art. 19 – As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

§ 1º - Para fins de realização da audiência pública prevista no *caput*, e em conformidade com o art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, até 5 (cinco) dias antes da audiência, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, com justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 2º - Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

Seção II
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 20 – O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

II – das contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III – de aportes financeiros de recursos do Orçamento Fiscal;

IV – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

Parágrafo Único – O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

Seção III
Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Art. 21 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 (trinta) dias a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º - O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterá:

I – metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da LC nº 101/2000;

II – metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da LC nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III – cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 22 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

resultados primário e nominal, e observado o disposto no § 2º do art. 2º destalei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

- I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II – obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;
- III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;
- IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- V – diárias de viagem;
- VI – festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;
- VII – despesas com publicidade institucional;
- VIII – horas extras.

§ 1º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2018, observada a vinculação de recursos.

§ 2º - Não serão objeto de limitação de empenho:

- I – despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- II – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;
- III – as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e
- IV – as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

§ 4º - Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.

§ 5º - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 6º - Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 23 – O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indica pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º - No caso da limitação de empenhos e movimentação financeira, observado o disposto no § 3º do art. 22 desta Lei, o repasse financeiro de que trata o *caput* será reduzido na mesma proporção.

§ 2º - Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 3º - Ao final do exercício financeiro de 2019, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo.

§ 4º - O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2020.

Art. 24 – Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

§ 1º - No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º - A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no *caput* deste artigo.

Art. 25 – A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º - Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2019, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 2º - A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no *caput* deste artigo.

§ 3º - A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2019, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Art. 26 – Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da LCX nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo Único – No caso de despesas relativas à obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

Seção IV
Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária

Art. 27 - A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

§ 2º - Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2019 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já atualizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º - Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2018, por fonte de recursos;
- II – créditos adicionais especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2019;
- III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV – saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º - Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2019, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6º - Os projetos de leis relativos a créditos adicionais suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da solicitação.

Art. 28 – No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos adicionais suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 29 – A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 30 de julho de 2019.

Parágrafo Único – Caso seja necessário, a codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2019, desde que haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 30 – O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo Único – A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 31 – As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo Único – O disposto no caput também se aplica no caso da necessidade de alterações de codificações ou denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, ou para



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V
Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I – das Subvenções Econômicas

Art. 32 – A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/64, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º - As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 33 – No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

Subseção II
Das Subvenções Sociais

Art. 34 – A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção III
Das Contribuições Correntes e de Capital



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

Art. 35 – A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II – estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2019; ou

III – sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Parágrafo Único – No caso dos incisos I e II do *caput*, a transferência dependerá da formalização do ajuste, observadas as exigências legais aplicáveis à espécie.

Art. 36 – A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/64.

Subvenção IV
Dos Auxílios

Art. 37 – A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/64, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III – voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V – qualificadas como Organizações Sociais – OS, com contrato de gestão celebrado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

Federal nº 9.637/1998, para fomento e execução de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, de acordo com o programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os prazos de execução previstos;

VI – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VII – destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;

VIII – constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

IX – voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

§ 1º - No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º - No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V
Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 38 – Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/64, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

I – execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 – Contribuições”, “42 – Auxílio” ou “43 – Subvenções Sociais”;

II – estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição;

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, entendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo Único – Caberá a Secretaria Municipal da Administração verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 39 – É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 40 – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.

Parágrafo Único – Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

- I – nome e CNPJ da entidade;
- II – nome, função e CPF dos dirigentes;
- III – área de atuação;
- IV – endereço da sede;
- V – data, objeto, valor de número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;
- VI – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 41 – Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 42 – As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a datada assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43 – Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II – desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo Único – Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Seção VI
Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 44 – Observado o disposto no art. 27 da LC nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 1% (um por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I – concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II – pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III – formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos em cargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º - No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I – desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

- II – integrem as cadeias produtivas locais;
- III – empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- IV – adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros.

§ 2º - Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§ 3º - As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

CAPITULO VI
Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 45 – A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 46 – O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

CAPITULO VII
Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 47 – No exercício de 2019, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 desta Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.

§ 1º - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2018, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, o crescimento vegetativo, e o disposto no art. 50 desta Lei.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

§ 2º - A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e o do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 48 – Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da LC nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 12/2017 do Tribunal de Contas do Estado do RS, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 49 – Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo Único – O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 50 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

- I – conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
- II – criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
- III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
- IV – prover cargos em comissão e funções de confiança;
- V – melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;
- VI – proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
- VII – proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

VIII – melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º - No caso dos incisos I, II, III e IV além dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da LC nº 101/2000, as seguintes informações:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II – declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 2º - No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de 6 (seis) meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§ 3º - No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º - Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 51 - Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado **51,3%** (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e **5,7%** (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I – as situações de emergência ou de calamidade pública;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III- a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo Único – A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Secretário da Administração ou Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VIII
Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 52 – As receitas serão estimadas e discriminadas:

I – Considerando, a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II – Considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2019, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 53 – Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 52, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 54 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º - A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

- a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º - Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 3º - Não se sujeitam às regras do § 1º:

I – a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II – proposições de incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida realizada no exercício de 2018.

Art. 55 – Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do § 3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

CAPÍTULO IX
Das Disposições Relativas ao Regime de Aprovação e Execução das
Emendas Individuais

Art. 56 – O regime de aprovação e execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária de que tratam os §§ 9º a 18 do art. 166 da Constituição Federal atenderão ao disposto neste Capítulo.

Art. 57 – É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais, aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecidos no § 11 do art. 166 da Constituição.

§ 1º - Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda, de forma igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 2º - A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o *caput* compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 16 do art. 166 da Constituição Federal.

§ 3º - Se, durante o exercício financeiro de 2019, for verificada a frustração de receitas na forma estabelecida pelos §§ 3º e 4º do art. 2º desta Lei, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas individuais poderá ser reduzida na mesma proporção.

Art. 58 – Para fins de atendimento ao disposto no art. 57, sem prejuízo da redução prevista no seu § 3º, o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 conterà reserva de contingência específica em valor equivalente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais.

§ 1º - Para fins de cálculo do valor da Receita Corrente Líquida de que trata o *caput*, considerar-se-á a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado do RS ou a norma que lhe for superveniente.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

§ 2º - O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no *caput* pelo número máximo de vereadores admitido pela Constituição Federal.

§ 3º - É vedada qualquer forma de cessão ou transferência entre vereadores ou bancadas, do limite individual de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º - Não será obrigatória a execução orçamentária e financeira da emenda individual que desatenda ao disposto nos §§ 9º e 10 do art. 166 da Constituição Federal, ou os critérios estabelecidos neste artigo, sendo os recursos correspondentes revertidos à reserva de contingência de que trata o art. 14, II, desta Lei.

Art. 59 – Para fins do disposto no § 12 do art. 166 da constituição, consideram-se, impedimentos de ordem técnica:

I – não indicação, pelo autor da emenda individual, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor da emenda;

II – não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos na Seção V do Capítulo V desta Lei, no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições;

III – desistência expressa do autor da emenda;

IV – incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;

V – no caso de emendas relativas à execução de obras, incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico financeiro de execução do projeto;

VI – a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei;

VII – a não indicação da Reserva de Contingência referida no art. 58 desta Lei como fonte de recursos para as emendas individuais;

§ 1º - Os casos de impedimentos de ordem técnica que trata este artigo serão comunicados formalmente pelo Poder Executivo, observado o disposto no § 14 do art. 166 da Constituição.

§ 2º - As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais que permanecerem com impedimento técnico após 20 de novembro



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

de 2019 poderão ser utilizadas como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 3º - Além do disposto nos incisos I a VI, o Poder Executivo poderá, mediante decreto, estabelecer critérios e procedimentos adicionais relacionados aos casos de impedimentos de ordem técnica que trata o *caput*.

Art. 60 – Caberá à contabilidade do Município, através de registros contábeis específicos, ou através de codificação a ser introduzida no sistema de execução financeira e orçamentária, identificar e acompanhar a execução orçamentária da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta Seção.

CAPÍTULO X
Das Disposições Gerais

Art. 61 – Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo Único – A Lei Orçamentária Anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 62 – As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual 2018/2021 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais e
- b) serviços da dívida.

§ 2º - Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição Federal, serão consideradas incompatíveis com esta Lei:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

I – as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II – as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais.

III – as emendas que reduzam o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito.

§ 3º - Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no inciso II do art. 14 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019, fiquem sem despesas correspondentes.

§ 4º - O disposto neste artigo aplica-se no que couber às emendas sujeitas ao regime de execução de que trata o Capítulo IX desta Lei.

Art. 63 – Por meio da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 64 – Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 96 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 65 – Se o projeto de lei orçamentária não for aprovada até 31 de dezembro de 2018, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a 1/12 (um doze) avos das dotações para despesas correntes de atividades e 1/13 (um treze) avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos legalmente vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito

§ 2º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

§ 3º - Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2019, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 66 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal
Em 27 de Setembro de 2.018

Valmir Land
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e
Cumpra-se na forma da Lei.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	6,29%	3,92%	3,58%	4,10%	4,50%	4,50%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,60%	0,53%	2,43%	3,01%	2,68%	2,64%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-5,61%	6,67%	(0,13)	-3,87%	-3,29%	-6,62%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	6,17%	9,40%	(0,01)	4,93%	4,52%	2,90%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	19,39%	29,11%	9,92%	19,47%	19,50%	16,30%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	15,43%	-10,75%	-2,39%	0,76%	-4,12%	-1,92%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	21,46%	10,60%	-21,98%	3,36%	-2,67%	-7,10%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	10,67%	2,80%	2,95%	4,10%	4,50%	4,50%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	10,67%	2,80%	2,95%	4,10%	4,50%	4,50%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	93,40%	-19,50%	(0,14)	19,92%	-4,58%	0,39%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	13,75%	10,18%	6,50%	7,31%	8,09%	8,08%
Taxa de Câmbio	3,35	3,29	3,46	3,43	3,50	3,55

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

[illegible]

1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.053.987,00	9.999.011,00	11.504.092,35	9.666.783,00	12.109.915,00	12.333.297,74	12.019.772,10
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.983.482	8.741.048	10.090.581,13	8.295.800,00	10.564.360,00	10.744.692,44	10.431.253,62
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	619.820	610.807	650.817,47	705.527,00	764.000,00	777.041,39	754.373,93
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	134.484	128.818	152.381,68	153.078,00	168.560,00	171.437,30	166.436,22
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico			20.226,26	22.652,00	16.225,00	16.501,96	16.020,57
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados			-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	36.000	-	-	14.290,00	14.933,05	15.605,04
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	179.015	330.749	434.058,30	363.929,00	424.240,00	443.330,80	463.280,69
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	119.311	132.119	154.901,24	125.000,00	155.240,00	162.225,80	169.525,96
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	17.875	19.470	1.126,27	797,00	3.000,00	3.135,00	3.276,08
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			-	-	-	-	-
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas			-	-	-	-	-
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	2.981.431	3.517.463	3.405.802,20	3.197.439,00	3.846.970,00	3.854.304,16	3.950.578,33
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior			-	-	-	-	-
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas			-	9.000,00	3.300,00	3.448,50	3.603,68
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	315.788,00	376.323,00	299.546,32	459.900,00	145.000,00	151.525,00	158.343,63
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	37.997	60.701	62.642,67	355.500,00	70.000,00	73.150,00	76.441,75
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	277.791,00	315.622,00	236.903,65	54.400,00	55.000,00	57.475,00	60.061,38
1.9.2.2.01.2.0.00.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	277.791,00	315.622,00	236.903,65	54.400,00	55.000,00	57.475,00	60.061,38
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	-	-	-	50.000,00	20.000,00	20.900,00	21.840,50
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	-	-	-	50.000,00	20.000,00	20.900,00	21.840,50
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.1.0.00.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.2.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	2.047.101,00	1.699.922,00	1.091.464,01	649.729,00	874.150,00	119.286,75	124.654,65
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	-	-	180.800,29	161.606,00	360.000,00	-	-
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	-	158.900,00	-	-	-	-
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	-	158.900,00	-	-	-	-
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	-	-	-	469.500,00	60.000,00	62.700,00	65.521,50
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	1.965.458,00	1.607.731,00	722.702,86	-	400.000,00	-	-
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	1.965.458	1.607.731	722.702,86	-	-	-	-
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	400.000,00	-	-
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	81.643,00	92.191,00	29.060,86	18.623,00	54.150,00	56.586,75	59.133,15
2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal			-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	81.643	92.191	29.060,86	18.623,00	54.150,00	56.586,75	59.133,15
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	1.692.511	1.942.565	2.286.801,07	2.327.617,00	1.661.910,00	1.755.076,45	1.789.781,24
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias			107.400,00	-	-	-	-
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	(3.121.153,60)	(3.598.074,40)	(3.843.810,63)	(4.185.491,00)	4.178.190,00	4.184.464,64	4.166.115,04
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos	(200.560,00)	(127.469,00)	(158.114,36)	(746.409,00)	180.000,00	188.100,00	196.564,50
9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	Deduções para o FUNDEB	(2.920.593,60)	(3.470.605,40)	(3.685.696,27)	(3.439.082,00)	(3.998.190,00)	(3.996.364,64)	(3.969.550,54)
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente	-	-	-	-	-	-	-
9.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS		25.159.729,40	29.968.295,60	30.777.128,78	28.502.582,00	32.230.600,00	32.994.520,62	34.299.213,29

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
 Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

Valores em R\$ 1,00

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	PAGA 2015	PAGA 2016	PAGA 2017	PAGA(Estim) 2018	PROJETADO 2019	PROJETADO 2020	PROJETADO 2021
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	19.817.411,51	21.999.146,19	24.869.306,28	24.397.604,00	27.196.470,00	29.032.845,38	30.359.199,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.803.141,20	14.256.329,53	16.165.964,33	15.171.307,00	17.183.370,00	18.097.745,77	18.600.574,33
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	10.980.455	11.960.139	13.364.419,10	12.070.167,00	13.608.000,00	14.321.941,00	14.750.107,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	507.943	573.288	588.210,45	629.020,00	655.370,00	692.109,96	705.795,70
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	1.314.743	1.722.902	2.213.334,78	2.472.120,00	2.920.000,00	3.083.694,81	3.144.671,63
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	17.233,83	126.027,43	31.514,45	100.000,00	100.000,00	108.090,00	116.823,67
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executiv / Indiretas	17.234	126.027	31.514,45	100.000,00	100.000,00	108.090,00	116.823,67
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.997.036,48	7.616.789,23	8.671.827,50	9.126.297,00	9.913.100,00	10.827.009,61	11.641.801,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	6.917.860	7.460.002	8.554.294,05	8.838.337,00	9.613.710,00	10.500.000,00	11.290.182,13
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	71.996	143.769	105.642,45	248.250,00	239.390,00	261.474,43	281.151,81
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	7.180	13.018	11.891,00	39.710,00	60.000,00	65.535,18	70.467,06
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.340.852,99	4.332.978,56	3.348.365,47	3.453.497,54	3.305.700,00	2.586.272,50	2.450.614,32
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.978.319,40	3.879.368,12	3.295.478,23	3.027.107,54	2.955.200,00	2.220.000,00	2.067.859,56
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executiv / Indiretas	1.978.319	3.856.886	3.280.655,23	2.853.097,54	2.800.000,00	2.060.000,00	1.900.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	-	22.482	14.823,00	174.010,00	155.200,00	160.000,00	167.859,56
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	1.370,00	500,00	522,50	546,01
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executiv / Indiretas	-	-	-	1.370,00	500,00	522,50	546,01
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	362.533,59	453.610,44	52.887,24	425.020,00	350.000,00	365.750,00	382.208,75
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	362.534	453.610	52.887,24	425.020,00	350.000,00	365.750,00	382.208,75
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					310.000,00	(150.654,52)	(165.730,32)
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS					1.418.430,00	1.526.057,25	1.655.130,30
	TOTAL DAS DESPESAS PAGAS	22.158.264,50	26.332.124,75	28.217.671,75	27.851.101,54	32.230.600,00	32.994.520,62	34.299.213,29

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 12/2017, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	31.135.274,33	29.710.727,00	33.872.730,00	35.304.622,05	36.550.892,44
II - DEDUÇÕES	7.425.073,85	7.503.490,00	7.496.250,00	7.830.899,36	8.129.206,01
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	467.896,48	409.534,00	581.540,00	726.223,93	882.603,23
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	877.304,38	852.433,00	916.520,00	967.899,99	987.039,19
Compensação Financeira entre Regimes	-	50.000,00	20.000,00	20.900,00	21.840,50
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	2.236.062,36	2.006.032,00	1.800.000,00	1.931.410,80	2.071.608,05
Deduções da Receita Corrente	3.843.810,63	4.185.491,00	4.178.190,00	4.184.464,64	4.166.115,04
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	279.894,07	241.643,00	151.220,00	142.060,48	18.972,21
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	23.990.094,55	22.448.880,00	26.527.700,00	27.615.783,17	28.440.658,64

Município de : CONDOR - RS.
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021

PODER EXECUTIVO			
	2019	2020	2021
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea “b” do inciso III do artigo 20 da LRF)	14.324.958,00	14.912.522,91	15.357.955,66
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	13.608.710,10	14.166.896,77	14.590.057,88
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	12.892.462,20	13.421.270,62	13.822.160,10
PODER LEGISLATIVO			
	2019	2020	2021
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea “b” do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.591.662,00	1.656.946,99	1.706.439,52
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.512.078,90	1.574.099,64	1.621.117,54
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.432.495,80	1.491.252,29	1.535.795,57

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea “a” do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
TABELA 03 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	180.800,29	350.000,00	176.933,43	235.911,24	254.281,56
Dívida Mobiliária	-	180.800,29	350.000,00	176.933,43	235.911,24	254.281,56
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	-	-	-	-	-	-
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	2.081.670,11	1.339.830,98	400.000,00	1.273.833,70	1.004.554,89	892.796,20
Disponibilidade da Caixa Bruta	3.256.541,44	2.709.179,28	1.800.000,00	2.588.573,57	2.365.917,62	2.251.497,06
(-) Restos a Pagar Processados	1.174.871,33	1.369.348,30	1.400.000,00	1.314.739,88	1.361.362,73	1.358.700,87
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(2.081.670,11)	(1.159.030,69)	(50.000,00)	(1.096.900,27)	(768.643,65)	(638.514,64)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	180.800,29	161.606,00	360.000,00	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	126.027,43	31.514,45	100.000,00	100.000,00	108.090,00	116.823,67
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	453.610,44	52.887,24	425.020,00	350.000,00	365.750,00	382.208,75

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

TABELA 02 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes	26.325.808,60	27.291.463,70	25.525.236,00	29.694.540,00	31.120.157,41	32.384.777,40
(-) Aplicações Financeiras em Geral	183.309,00	158.399,75	114.050,00	158.160,00	169.706,63	182.025,29
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	2.384.920,00	2.236.062,36	2.006.032,00	1.800.000,00	1.931.410,80	2.071.608,05
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	23.757.579,60	24.897.001,59	23.405.154,00	27.736.380,00	29.019.039,99	30.131.144,06
Receitas de Capital	1.699.922,00	1.091.464,01	649.729,00	874.150,00	119.286,75	124.654,65
(-) Operações de Crédito	-	180.800,29	161.606,00	360.000,00	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	469.500,00	60.000,00	62.700,00	65.521,50
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	92.191,00	29.060,86	18.623,00	54.150,00	56.586,75	59.133,15
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	1.607.731,00	881.602,86	-	400.000,00	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	25.365.310,60	25.778.604,45	23.405.154,00	28.136.380,00	29.019.039,99	30.131.144,06
DESPESAS PRIMÁRIAS	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Pagamento	Pagamento	Pagto Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
Despesas Correntes	21.999.146,19	24.869.306,28	24.397.604,00	27.196.470,00	29.032.845,38	30.359.199,00
(-) Juros e Encargos da Dívida	126.027,43	31.514,45	100.000,00	100.000,00	108.090,00	116.823,67
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	21.873.118,76	24.837.791,83	24.297.604,00	27.096.470,00	28.924.755,38	30.242.375,33
Despesas de Capital	4.332.978,56	3.348.365,47	3.453.497,54	3.305.700,00	2.586.272,50	2.450.614,32
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado						
(-) Aquisição de Títulos de Crédito						
(-) Amortização da Dívida	453.610,44	52.887,24	425.020,00	350.000,00	365.750,00	382.208,75
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	3.879.368,12	3.295.478,23	3.028.477,54	2.955.700,00	2.220.522,50	2.068.405,57
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (VI = IV + V)	25.752.486,88	28.133.270,06	27.326.081,54	30.052.170,00	31.145.277,88	32.310.780,90
RESULTADO PRIMÁRIO - ACIMA DA LINHA (VII = III - VI)	- 387.176,28	- 2.354.665,61	- 3.920.927,54	- 1.915.790,00	- 2.126.237,89	- 2.179.636,84

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB	% RCL
			(a / PIB)	(a /RCL)			(b / PIB)	(B /RCL)			(c / PIB)	(b /RCL)
			x 100	x 100			x 100	x 100			x 100	x 100
Receita Total	30.568.690,00	29.364.735,83	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.02.01 da 8ª Edição do MDF	115,23%	31.239.444,16	28.716.815,51	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.02.01 da 8ª Edição do MDF	113,12%	32.509.432,05	28.597.368,52	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.02.01 da 8ª Edição do MDF	114,31%
Receitas Primárias (I)	28.136.380,00	27.028.222,86		106,06%	29.019.039,99	26.675.712,06		105,08%	30.131.144,06	26.505.274,81		105,94%
Despesa Total	30.502.170,00	29.300.835,73		114,98%	31.619.117,88	29.065.830,04		114,50%	32.809.813,32	28.861.603,03		115,36%
Despesas Primárias (II)	30.052.170,00	28.868.559,08		113,29%	31.145.277,88	28.630.253,28		112,78%	32.310.780,90	28.422.622,30		113,61%
Resultado Primário (I – II)	- 1.915.790,00	- 1.840.336,22		-7,22%	- 2.126.237,89	- 1.954.541,22		-7,70%	- 2.179.636,84	- 1.917.347,49		-7,66%
Resultado Nominal	- 1.915.790,00	- 1.840.336,22		-7,22%	- 2.126.237,89	- 1.954.541,22		-7,70%	- 2.179.636,84	- 1.917.347,49		-7,66%
Dívida Pública Consolidada	176.933,43	169.964,87		0,67%	235.911,24	216.861,08		0,85%	254.281,56	223.682,26		0,89%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.096.900,27	- 1.053.698,62		-4,13%	- 768.643,65	- 706.574,61		-2,78%	- 638.514,64	- 561.678,17		-2,25%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%

Fonte:Contabilidade

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comperação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2015, 2016 e 2017) e os valores reestimados para o exercício atual (2018), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional e das taxas de inflação (IPCA), em conformidade com a Tabela 01 - Parâmetros, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 495/2017 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2019. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2019, 2020 e 2021, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2018, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO (2019), os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2019, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 30.568.690,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$2.012.260,00), das resultantes de Operações de Crédito (R\$360.000,00), das Alienações de Investimentos (R\$0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$60.000,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 28.136.380,00.
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 30.502.170,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 100.000,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 350.000,00, tem-se que as despesas primárias para 2019 foram previstas em R\$ 30.052.170,00.
 - 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2019 que foi inicialmente prevista em R\$ -1.915.790,00 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO. O detalhamento do cálculo do Resultado Primário e nominal pelo Critério **ACIMA DA LINHA** é evidenciado na **Tabela 02**.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 03**.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total RPPS	4.398.430,00	4.225.196,93	Preenchimento Opcional Cfe 8ª Edição do MDF	4.675.287,24	4.297.751,28	Preenchimento Opcional Cfe 8ª Edição do MDF	4.870.268,98	4.284.199,02	Preenchimento Opcional Cfe 8ª Edição do MDF
Receitas Primárias RPPS (I)	2.598.430,00	2.496.090,30		2.743.876,44	2.522.304,60		2.798.660,94	2.461.880,54	
Despesa Total RPPS	4.398.430,00	4.225.196,93		4.675.287,24	4.297.751,28		4.870.268,98	4.284.199,02	
Despesas Primárias RPPS (II)	4.398.430,00	4.225.196,93		4.675.287,24	4.297.751,28		4.870.268,98	4.284.199,02	
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 1.800.000,00	- 1.729.106,63		- 1.931.410,80	- 1.775.446,69		-2.071.608,05	-1.822.318,48	

Fonte: Contabilidade

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	26.302.740,00	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 8ª edição do MDF	109,64%	30.777.128,78	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 8ª edição do MDF	128,29%	4.474.388,78	17,01%
Receita Primárias (I)	23.741.420,00		98,96%	28.042.966,38		116,89%	4.301.546,38	18,12%
Despesa Total	26.302.740,00		109,64%	28.217.671,75		117,62%	1.914.931,75	7,28%
Despesa Primárias (II)	25.862.740,00		107,81%	28.133.270,06		117,27%	2.270.530,06	8,78%
Resultado Primário (I-II)	- 2.121.320,00		-8,84%	90.303,68		-0,38%	2.031.016,32	-95,74%
Resultado Nominal	1.080.017,00		4,50%	-		0,00%	1.080.017,00	-100,00%
Dívida Pública Consolidada	993.318,00		4,14%	180.800,29		0,75%	812.517,71	-81,80%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.299.920,00		-5,42%	1.159.030,69		-4,83%	140.889,31	-10,84%

FONTE: Contabilidade

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2017), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2017 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 90.303,68, valor 95,74% inferior à meta estabelecida, que era de R\$ 2.121.320,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) não foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 28.042.966,38, superando em 18,12% a projeção para o período de R\$ 23.741.420,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 28.133.270,06, estabelecendo-se 8,78% acima da previsão orçamentária.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento de 17,01% em relação ao valor consignado no orçamento.

A dívida consolidada totalizou R\$ 180.800,29, valor 81,80% inferior ao saldo de R\$ 993.318,00 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da diminuição dos desembolsos da amortização da dívida.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2019

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação%	2021	Variação %
Receita Total	24.479.825,00	26.302.740,00	7,45%	28.502.582,00	8,36%	30.568.690,00	7,25%	31.239.444,16	2,19%	32.509.432,05	4,07%
Receitas Primárias (I)	22.159.825,00	23.741.420,00	7,14%	25.751.394,00	8,47%	28.136.380,00	9,26%	29.019.039,99	3,14%	30.131.144,06	3,83%
Despesa Total	24.479.825,00	26.302.740,00	7,45%	28.502.582,00	8,36%	30.502.170,00	7,02%	31.619.117,88	3,66%	32.809.813,32	3,77%
Despesas Primárias (II)	24.408.266,00	25.862.740,00	5,96%	27.976.192,00	8,17%	30.052.170,00	7,42%	31.145.277,88	3,64%	32.310.780,90	3,74%
Resultado Primário (I – II)	- 2.248.441,00	- 2.121.320,00	-5,65%	- 2.224.798,00	4,88%	- 1.915.790,00	-13,89%	- 2.126.237,89	10,98%	- 2.179.636,84	2,51%
Resultado Nominal	796.992,00	1.080.017,00	35,51%	- 723.000,00	-166,94%	- 1.915.790,00	164,98%	- 2.126.237,89	10,98%	- 2.179.636,84	2,51%
Dívida Pública Consolidada	-	993.318,00	0	350.000,00	-64,76%	176.933,43	-49,45%	235.911,24	33,33%	254.281,56	7,79%
Dívida Consolidada Líquida	- 2.081.670,11	- 1.299.920,00	-37,55%	- 50.000,00	-96,15%	- 1.096.900,27	2093,80%	- 768.643,65	-29,93%	- 638.514,64	-16,93%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Receita Total	26.350.165,88	27.244.378,09	3,39%	28.502.582,00	4,62%	29.364.735,83	3,02%	28.716.815,51	-2,21%	28.597.368,52	-0,42%
Receitas Primárias (I)	23.852.910,09	24.591.362,84	3,10%	25.751.394,00	4,72%	27.028.222,86	4,96%	26.675.712,06	-1,30%	26.505.274,81	-0,64%
Despesa Total	26.350.165,88	27.244.378,09	3,39%	28.502.582,00	4,62%	29.300.835,73	2,80%	29.065.830,04	-0,80%	28.861.603,03	-0,70%
Despesas Primárias (II)	26.273.139,53	26.788.626,09	1,96%	27.976.192,00	4,43%	28.868.559,08	3,19%	28.630.253,28	-0,83%	28.422.622,30	-0,73%
Resultado Primário (I – II)	- 2.420.229,45	- 2.197.263,26	-9,21%	- 2.224.798,00	1,25%	- 1.840.336,22	-17,28%	- 1.954.541,22	6,21%	- 1.917.347,49	-1,90%
Resultado Nominal	857.884,87	1.118.681,61	30,40%	- 723.000,00	-164,63%	- 1.840.336,22	154,54%	- 1.954.541,22	6,21%	- 1.917.347,49	-1,90%
Dívida Pública Consolidada	-	1.028.878,78	-	350.000,00	-65,98%	169.964,87	-51,44%	216.861,08	27,59%	223.682,26	3,15%
Dívida Consolidada Líquida	- 2.240.716,70	- 1.346.457,14	-39,91%	- 50.000,00	-96,29%	- 1.053.698,62	2007,40%	- 706.574,61	-32,94%	- 561.678,17	-20,51%

Fonte: Contabilidade

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	18.207.824,74	81,70%	17.159.168,21	94,24%	13.203.593,00	76,95%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	4.078.306,12	18,30%	1.048.656,53	5,76%	3.955.575,21	23,05%
TOTAL	22.286.130,86	100,00%	18.207.824,74	100,00%	17.159.168,21	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	(1.769.318,35)	-135,59%	(5.049.322,63)	285,38%	2.862.000,00	-56,68%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	3.074.200,86	235,59%	3.280.004,28	-185,38%	(7.911.322,63)	156,68%
TOTAL	1.304.882,51	100,00%	(1.769.318,35)	100,00%	(5.049.322,63)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	16.438.506,39	69,68%	12.109.845,58	73,67%	16.065.593,00	132,67%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	7.152.506,98	30,32%	4.328.660,81	26,33%	(3.955.747,42)	-32,67%
TOTAL	23.591.013,37	100,00%	16.438.506,39	100,00%	12.109.845,58	100,00%

Fonte: Contabilidade

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 1.325/2005, está sobre a gestão do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Condor - FUNPREV, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2015 a 2017, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 12.109.845,58 em 31.12.2015 para R\$ 23.591.013,37 em 31.12.2017.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017	2016	2015
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2015		-	237.075,02
RECEITAS DE CAPITAL - Alienação de Ativos (I)	266.300,00	-	-
Alienação de Bens Móveis	266.300,00	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	35,67	31,37	-
DESPESAS EXECUTADAS	2017	2016	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	76.500,00	-	236.727,08
DESPESAS DE CAPITAL	76.500,00	-	236.727,08
Investimentos	76.500,00	-	236.727,08
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO			
Valor (III)	190.214,98	379,31	347,94

Fonte: Contabilidade

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2017	2016	2015
RECEITAS CORRENTES (I)		5.058.040,67	3.986.267,13
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00
Civil		0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Militar		0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00
Civil		0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Militar		0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos		0,00	0,00
Receita Patrimonial		2.362.968,71	1.578.473,27
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		2.362.968,71	1.578.473,27
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos		0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		2.695.071,96	2.407.793,86
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		2.695.071,96	2.407.793,86
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)		0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)		5.058.040,67	3.986.267,13

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
ADMINISTRAÇÃO (IV)		23.373,41	1.321.922,92
Despesas Correntes		23.373,41	1.321.922,92
Despesas de Capital		0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)		1.712.547,34	0,00
Benefícios - Civil		1.712.547,34	0,00
Aposentadorias		1.095.352,11	0,00
Pensões		325.581,51	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		291.613,72	0,00
Benefícios - Militar		0,00	0,00
Reformas		0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)		1.735.920,75	1.321.922,92
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)		3.322.119,92	2.664.344,21
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	-	-	-
VALOR			-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2016	2015
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO	2017	2016	2015
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2016	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X – XIII)	0,00	0,00	0,00
--	-------------	-------------	-------------

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO	2017	2016	2015
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
--

EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo Financeiro
2016	3.490.339,45	1.735.920,68	1.754.418,77	17.166.755,23
2017	3.731.428,61	2.298.160,80	1.433.267,81	18.600.023,04
2018	3.752.805,14	2.436.073,90	1.316.731,24	19.916.754,28
2019	3.734.701,48	2.656.734,86	1.077.966,62	20.994.720,90
2020	3.751.802,70	2.767.065,34	984.737,36	21.979.458,26
2021	3.764.628,62	2.849.813,20	914.815,42	22.894.273,68
2022	3.794.555,76	3.042.891,54	751.664,22	23.645.937,90
2023	3.811.656,99	3.153.222,02	658.434,97	24.304.372,87
2024	3.837.308,82	3.318.717,74	518.591,08	24.822.963,95
2025	3.858.685,35	3.456.630,84	402.054,51	25.225.018,46
2026	3.892.887,80	3.677.291,80	215.596,00	25.440.614,46
2027	3.918.539,64	3.842.787,52	75.752,12	25.516.366,58
2028	3.961.292,70	4.118.613,72	(157.321,02)	25.359.045,56
2029	4.004.045,76	4.394.439,92	(390.394,16)	24.968.651,40
2030	4.016.871,68	4.477.187,78	(460.316,10)	24.508.335,30
2031	4.046.798,82	4.670.266,12	(623.467,30)	23.884.868,00
2032	4.081.001,27	4.890.927,08	(809.925,81)	23.074.942,19
2033	4.106.653,11	5.056.422,80	(949.769,69)	22.125.172,50

2034	4.132.304,94	5.221.918,52	(1.089.613,58)	21.035.558,92
2035	4.183.608,62	5.552.909,96	(1.369.301,34)	19.666.257,58
2036	4.222.086,37	5.801.153,54	(1.579.067,17)	18.087.190,41
2037	4.196.434,54	5.635.657,82	(1.439.223,28)	16.647.967,13
2038	4.256.288,82	6.021.814,50	(1.765.525,68)	14.882.441,45
2039	4.252.013,52	5.994.231,88	(1.742.218,36)	13.140.223,09
2040	4.299.041,88	6.297.640,70	(1.998.598,82)	11.141.624,27
2041	4.294.766,58	6.270.058,08	(1.975.291,50)	9.166.332,77
2042	4.290.491,27	6.242.475,46	(1.951.984,19)	7.214.348,58
2043	4.307.592,49	6.352.805,94	(2.045.213,45)	5.169.135,13
2044	4.303.317,19	6.325.223,32	(2.021.906,13)	3.147.229,00
2045	4.299.041,88	6.297.640,70	(1.998.598,82)	1.148.630,18
2046	4.269.114,74	6.104.562,36	(1.835.447,62)	(686.817,44)
2047	4.256.288,82	6.021.814,50	(1.765.525,68)	(2.452.343,12)
2048	4.226.361,68	5.828.736,16	(1.602.374,48)	(4.054.717,60)
2049	4.183.608,62	5.552.909,96	(1.369.301,34)	(5.424.018,94)
2050	4.170.782,70	5.470.162,10	(1.299.379,40)	(6.723.398,34)
2051	4.145.130,86	4.961.882,38	(816.751,52)	(7.540.149,86)
2052	3.921.561,82	3.519.501,44	402.060,38	(7.138.089,48)
2053	3.900.185,29	3.381.588,34	518.596,95	(6.619.492,53)
2054	3.917.286,51	3.491.918,82	425.367,69	(6.194.124,84)
2055	3.913.011,20	3.464.336,20	448.675,00	(5.745.449,84)
2056	3.930.112,43	3.574.666,68	355.445,75	(5.390.004,09)
2057	3.930.112,43	3.574.666,68	355.445,75	(5.034.558,34)
2058	3.861.707,53	3.133.344,76	728.362,77	(4.306.195,57)
2059	3.861.707,53	3.133.344,76	728.362,77	(3.577.832,80)
2060	3.814.679,16	2.829.935,94	984.743,22	(2.593.089,58)
2061	3.831.780,39	2.940.266,42	891.513,97	(1.701.575,61)
2062	3.827.505,08	2.912.683,80	914.821,28	(786.754,33)
2063	3.827.505,08	2.912.683,80	914.821,28	128.066,95
2064	3.831.780,39	2.940.266,42	891.513,97	1.019.580,92
2065	3.857.432,23	3.105.762,14	751.670,09	1.771.251,01
2066	3.895.909,98	3.354.005,72	541.904,26	2.313.155,27
2067	3.895.909,98	3.354.005,72	541.904,26	2.855.059,53
2068	3.913.011,20	3.464.336,20	448.675,00	3.303.734,53
2069	3.947.213,65	3.684.997,16	262.216,49	3.565.951,02
2070	3.972.865,49	3.850.492,88	122.372,61	3.688.323,63
2071	3.994.242,02	3.988.405,98	5.836,04	3.694.159,67
2072	4.041.270,39	4.291.814,80	(250.544,41)	3.443.615,26
2073	4.075.472,84	4.512.475,76	(437.002,92)	3.006.612,34
2074	4.049.821,00	4.346.980,04	(297.159,04)	2.709.453,30
2075	4.109.675,29	4.733.136,72	(623.461,43)	2.085.991,87
2076	4.105.399,98	4.705.554,10	(600.154,12)	1.485.837,75
2077	4.152.428,35	5.008.962,92	(856.534,57)	629.303,18
2078	4.148.153,04	4.981.380,30	(833.227,26)	(203.924,08)
2079	4.156.703,65	5.036.545,54	(879.841,89)	(1.083.765,97)
2080	4.165.254,26	5.091.710,78	(926.456,52)	(2.010.222,49)

2081	4.160.978,96	5.064.128,16	(903.149,20)	(2.913.371,69)
2082	4.156.703,65	5.036.545,54	(879.841,89)	(3.793.213,58)
2083	4.126.776,51	4.843.467,20	(716.690,69)	(4.509.904,27)
2084	4.113.950,59	4.760.719,34	(646.768,75)	(5.156.673,02)
2085	4.084.023,45	4.567.641,00	(483.617,55)	(5.640.290,57)
2086	4.041.270,39	4.291.814,80	(250.544,41)	(5.890.834,98)
2087	4.028.444,47	4.209.066,94	(180.622,47)	(6.071.457,45)
2088	4.002.792,63	4.043.571,22	(40.778,59)	(6.112.236,04)
2089	3.972.865,49	3.850.492,88	122.372,61	(5.989.863,43)
2090	3.951.488,96	3.712.579,78	238.909,18	(5.750.954,25)

FONTE: Contabilidade

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2017.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
IPTU	CRÉDITO PRESUMIDO	CONTRIBUINTE	4.000,00	4.180,00	4.368,10	VIDE OBSERVAÇÃO
TAXA RECOLHIMENTO LIXO	CRÉDITO PRESUMIDO	CONTRIBUINTE	1.000,00	1.045,00	1.092,03	
IPTU	DESCONTO	CONTRIBUINTE	130.000,00	135.850,00	141.963,25	
TAXA RECOLHIMENTO LIXO	DESCONTO	CONTRIBUINTE	15.000,00	15.675,00	16.380,38	
MULTAS E JUROS	ANISTIA "CTM 1980-2011"	CONTRIBUINTE	30.000,00	31.350,00	32.760,75	
TOTAL			180.000,00	188.100,00	196.564,50	-

Fonte: CONTABILIDADE

Obs:

1 - Os valores da renúncia para 2.019 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2.020 e 2.021, foram calculados a partir dos valores de 2.019, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação e projeção de aumento das receitas correspondentes.

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2019
Aumento Permanente da Receita	2.329.466,57
Decorrente de Receitas Tributárias	126.634,47
Decorrente de Transferências Correntes	2.202.832,09
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(278.519,33)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.050.947,24
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.050.947,24
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	861.811,71
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	792.159,63
Relativas a Outras Despesas Correntes	69.652,08
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.189.135,53

Fonte: Contabilidade

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2019 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2018-2019.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2019, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2018-2019 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2019

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	50.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de contingência.	180.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	150.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir dos projetos a executar.	50.000,00
Avais e Garantias Concedidas	-	Abertura de créditos adicionais a partir dos projetos de custeio.	80.000,00
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	100.000,00		
Outros Passivos Contingentes	10.000,00		
SUBTOTAL	310.000,00	SUBTOTAL	310.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	200.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de contingência.	130.000,00
Restituição de Tributos a Maior	10.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir dos projetos de custeio	180.000,00
Discrepância de Projeções:	100.000,00		
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	310.000,00	SUBTOTAL	310.000,00
TOTAL	620.000,00	TOTAL	620.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

Município de : CONDOR - RS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
Estimativa das Receitas Orçamentárias

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	PROJETADO 2019
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	33.872.730,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.484.160,00
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	569.500,00
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	12.040,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Demais Impostos	2.698.450,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	183.850,00
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	20.320,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	1.141.645,00
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais	916.520,00
1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	916.520,00
1.2.1.0.06.0.0.00.00.00	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-
1.2.1.0.99.0.0.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	-
1.2.1.8.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas	-
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	225.125,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	2.049.030,00
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	1.958.160,00
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	43.240,00
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	114.870,00
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.800.000,00
1.3.2.1.00.5.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	50,00
1.3.2.9.00.0.0.00.00.00	Outros Valores Mobiliários	-
1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-
1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	-
1.3.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Patrimoniais	90.870,00
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	-
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Industrial	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	16.700,00
1.6.4.0.01.1.0.00.00.00 + 1.6.4.0.03.1.0.00.00.00	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Repasse para Programas de Desenv.Econômico	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Serviços	16.700,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	27.036.195,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	11.076.010,00
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	8.207.780,00
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro	331.620,00
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	342.345,00
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	88.960,00
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	1.200.000,00
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	263.620,00
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	410.360,00
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	65.100,00

1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	166.225,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	12.109.915,00
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	10.564.360,00
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	764.000,00
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	168.560,00
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	16.225,00
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	14.290,00
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	424.240,00
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	155.240,00
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	3.000,00
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	3.846.970,00
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	3.300,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	145.000,00
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	70.000,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	55.000,00
1.9.2.2.01.2.0.00.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	-
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	55.000,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	20.000,00
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	20.000,00
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-
1.9.9.0.1.1.1.0.00.00.00	Variação Cambial	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	-
1.9.9.0.99.2.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	-
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	874.150,00
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	360.000,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	-
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	60.000,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	400.000,00
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	-
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	400.000,00
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	54.150,00
2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	54.150,00
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	1.661.910,00
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	- 4.178.190,00
9.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos	- 180.000,00
9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	Deduções para o FUNDEB	(3.998.190,00)
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente	-
9.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital	-
TOTAL ESTIMATIVA RECEITA 2.019		32.230.600,00

Estado do Rio Grande do Sul
 Prefeitura Municipal de Condor

ANEXO II
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DO LIMITE MÁXIMO PARA AS DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO EM 2018
A SER UTILIZADO PARA ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA EXERCÍCIO DE 2019

R\$ 1,00

REC.IMPOSTOS TAXAS E CONTR. DE MELHORIA.	CÓDIGO DA RECEITA.	ARRECADADO ATÉ MAIO DE 2018	PROJETADO JUNHO/2018	PROJETADO JULHO/2018	PROJETADO AGOSTO/2018	PROJETADO SETEMBRO/2018	PROJETADO OUTUBRO/2018	PROJETADO NOVEMBRO/2018	PROJETADO DEZEMBRO/2018	REESTIMADO P/ ANO 2018
REC. TRIBUTÁRIAS PRÓPRIAS*	1.1.0.0.00.00	1.361.503,94	191.042,15	191.042,15	191.042,15	191.042,15	191.042,19	191.042,19	191.042,19	2.698.799,11
FPM	1.7.1.8.01.2.0	2.686.902,30	484.546,00	661.543,00	408.235,00	368.831,00	403.114,00	440.033,00	495.745,85	5.948.950,15
ITR***	1.1.1.2.01.1.0	9.035,73	628,44	2.451,17	896,38	20.554,95	394.534,95	17.555,19	7.384,78	453.041,57
TRANSFERÊNCIA DA LC 87/96	1.7.1.8.03.0.0	19.899,57	3.979,91	3.979,91	3.979,91	3.979,91	3.979,91	3.979,91	3.979,91	47.758,94
ICMS	1.7.2.8.01.1.0	3.291.562,12	498.371,00	822.107,00	515.751,00	684.195,00	807.574,00	627.991,00	658.868,28	7.906.419,40
IPVA	1.7.2.8.01.2.0	488.121,83	23.053,00	16.798,00	12.570,00	8.091,00	6.266,00	5.289,00	50.926,26	611.115,09
IPI/EXPORTAÇÃO	1.7.2.8.01.3.0	53.270,01	10.215,00	10.539,00	9.956,00	10.566,00	12.744,00	11.474,00	10.796,73	129.560,74
COTA PARTE DA CIDE**	1.7.2.8.01.4.0	9.447,59	-	-	-	-	-	-	-	9.447,59
TOTAL:	0.0.0.0.00.00	7.919.743,09	1.211.835,50	1.708.460,23	1.142.430,44	1.287.260,01	1.819.255,05	1.297.364,29	1.418.743,99	17.805.092,59

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

* - VALOR REFERE-SE A ARRECADAÇÃO DO PRINCIPAL, MULTAS E JUROS, DÍVIDA ATIVA, E MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA.

** - REDUÇÃO DA ALÍQUOTA A ZERO NA CONTRIBUIÇÃO.

*** - MÉDIA DA ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO ANTERIOR ACRESCIDO DE 2,95% META INFLAÇÃO*

Repasse para Câmara (CF/88, art 29-A e Alterações)

LIMITE MÁXIMO PERMITIDO CONFORME ARTIGO 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ALTERADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 58 DE 2009. - 7%	1.246.356,48
VALOR MÁXIMO PARA AS DESPESAS DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	872.449,54

REC.IMPOSTOS TAXAS E CONTR. DE MELHORIA.	CÓDIGO DA RECEITA.	REESTIMADO P/ ANO 2018	REESTIMADO P/ ANO 2019	REESTIMADO P/ ANO 2020	REESTIMADO P/ ANO 2021					
REC. TRIBUTÁRIAS PRÓPRIAS	1.1.0.0.00.00	2.698.799,11	2.809.449,87	2.935.875,12	3.067.989,50					
FPM	1.7.1.8.01.2.0	5.948.950,15	6.192.857,10	6.471.535,67	6.762.754,78					
ITR	1.1.1.2.01.1.0	453.041,57	471.616,27	492.839,00	515.016,76					
TRANSFERÊNCIA DA LC 87/96	1.7.1.8.03.0.0	47.758,94	49.717,06	51.954,33	54.292,27					
ICMS	1.7.2.8.01.1.0	7.906.419,40	8.230.582,60	8.600.958,82	8.988.001,96					
IPVA	1.7.2.8.01.2.0	611.115,09	636.170,81	664.798,49	694.714,42					
IPI/EXPORTAÇÃO	1.7.2.8.01.3.0	129.560,74	134.872,73	140.942,00	147.284,39					
COTA PARTE DA CIDE	1.7.2.8.01.4.0	9.447,59	9.834,94	10.277,51	10.740,00					
TOTAL:	0.0.0.0.00.00	17.805.092,59	18.535.101,38	19.369.180,95	20.240.794,09					

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

Repasse para Câmara (CF/88, art 29-A e Alterações)

	2019	2020	2021		
LIMITE MÁXIMO PERMITIDO CONFORME ARTIGO 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ALTERADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 58 DE 2009. - 7%	1.297.457,10	1.355.842,67	1.416.855,59		
VALOR MÁXIMO PARA AS DESPESAS DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	908.219,97	949.089,87	991.798,91		

VALMIR LAND
 PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO LUIZ TEIXEIRA CANDIDO
 COORDENADOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

JULIANO FEHLBERG
 CONTADOR CRC/RS 69.097

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019
ANEXO IV

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	DATA INÍCIO EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS P/2016		
			ATÉ EXERC. ANTERIOR	PREVISTO P/ EXERC.	A EXECUTAR EM 2019	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERV. DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
1.048 Construção de Sede Própria - Legislativo	ago/2019	700.000,00	0,00%	22,17%	22,17%			155.200,00
1.056 Constr. e ampliação de UBS e Centro Espec.	jan/2019	22.760,00	0,00%	100,00%	100,00%			22.760,00
1.031 Construção de complexos esportivos	jan/2018	5.000,00	0,00%	100,00%	100,00%			5.000,00
1.035 Ampliação de prédio do Centro Administrativo	set/2016	887.000,00	43,64%	56,36%	56,36%	500.000,00		
2.098 Manut. Prédios, ambulatórios e Unid. Saúde	jan/2019	15.000,00	0,00%	100,00%	100,00%		15.000,00	
2.285 Manutenção prédio Sec. Desenvolv. Social	jan/2019	6.000,00	0,00%	100,00%	100,00%		6.000,00	
2.265 Manutenção prédio CRAS.	jan/2019	20.000,00	0,00%	100,00%	100,00%		20.000,00	
2.051 Manutenção prédios escolares - ED. FUNDAM.	jan/2019	55.000,00	0,00%	100,00%	100,00%		55.000,00	
2.057 Manutenção prédios escolares - ED. INFANTIL	jan/2019	6.000,00	0,00%	100,00%	100,00%		6.000,00	
2.087 Manutenção complexos esportivos educacionais	jan/2019	36.070,00	0,00%	100,00%	100,00%		36.070,00	
2.022 Conservação e Manutenção prédios públicos	jan/2019	30.000,00	0,00%	100,00%	100,00%		30.000,00	
		1.782.830,00				500.000,00	168.070,00	182.960,00

Os recursos serão elencados conforme suas origens, as construções serão abarcadas com recursos das transferências do Estado ou União e/ou recursos próprios do município.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Condor

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE DESPESAS A SEREM FINANCIADAS POR OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ANEXO III

RECEITAS POR FONTES		DESPESAS POR PROJETO/ATIVIDADE	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
FINANCIAMENTO BADESUL	360.000,00	AMPLIAÇÃO E REFORMA CENTRO ADM.	360.000,00
X-X-X-X-X-X	0,00	X-X-X-X-X-X	0,00
X-X-X-X-X-X	0,00	X-X-X-X-X-X	0,00
X-X-X-X-X-X	0,00	X-X-X-X-X-X	0,00
X-X-X-X-X-X	0,00	X-X-X-X-X-X	0,00
X-X-X-X-X-X	0,00	X-X-X-X-X-X	0,00
X-X-X-X-X-X	0,00	X-X-X-X-X-X	0,00
TOTAL	360.000,00	TOTAL	360.000,00

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018 - Aprovada.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2019	Total
01-CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
01.01-Câmara Municipal de Vereadores		
1-Legislativa		
31-Ação Legislativa		
1-AÇÃO LEGISLATIVA ATUANTE		
0.008.000-Recuperação de passivo atuarial do FUNPREV.	4.220,00	4.220,00
1.048.000-Constituição de sede própria do Legislativo Municipal.	155.200,00	155.200,00
2.001.000-Manutenção das atividades gerais do Legislativo.	772.320,00	772.320,00
2.002.000-Manutenção de encargos sociais do Legislativo.	4.180,00	4.180,00
2.003.000-Divulgação e Publicidade do Poder legislativo.	14.040,00	14.040,00
2.044.000-Manutenção de prédio do Legislativo	60.390,00	60.390,00
2.178.000-Apoio cultural a Associação Comunitária Condoreense.	19.500,00	19.500,00
2.211.000-Recepções, homenagens e honrarias (Legislativo).	3.240,00	3.240,00
2.244.000-Manutenção de contratos ou convênios de assessoria técnica.	16.870,00	16.870,00
02-GABINETE DO PREFEITO		
02.01-Gabinete do Prefeito		
4-Administração		
122-Administração Geral		
2-PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO		
2.005.000-Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	600.300,00	600.300,00
2.006.000-Recepções Homenagens e Honrarias (Executivo)	3.000,00	3.000,00
2.007.000-Realização de atividades em datas comemorativas.	20.000,00	20.000,00
2.009.000-Manutenção de Veículos do Gabinete do Prefeito.	20.000,00	20.000,00
2.257.000-Manutenção de despesas com serviços voluntários	3.000,00	3.000,00
03-SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO		
03.01-Secretaria Municipal da Administração		
4-Administração		
122-Administração Geral		
2-PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO		
2.010.000-Divulgação e publicidade do Poder Executivo.	30.000,00	30.000,00
2.148.000-Contribuições a Entidades representativas.	40.000,00	40.000,00
2.149.000-Manutenção de assessorias técnicas.	26.000,00	26.000,00
2.151.000-Manutenção de encargos diversos.	150.000,00	150.000,00
2.152.000-Convênios com o Poder Judiciário.	8.600,00	8.600,00
2.155.000-Manutenção de Convênio com o IPERGS	302.000,00	302.000,00
2.194.000-Manutenção de convênios de serviços com o Estado e União	115.000,00	115.000,00
2.260.000-Manutenção dos órgãos de aconselhamento a administração.	2.000,00	2.000,00
2.278.000-Manutenção das atividades da Secretaria da Administração	700.000,00	700.000,00
2.279.000-Manutenção de veículos da Administração.	10.000,00	10.000,00
131-Comunicação Social		
2-PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO		
2.013.000-Ações comemorativas ao dia do Trabalho e do Servidor Público.	4.500,00	4.500,00
2.170.000-Apoio cultural a Associação Comunitária Condoreense.	18.000,00	18.000,00
2.271.000-Apoio na realização de eventos locais e regionais.	15.000,00	15.000,00
04-SECRETARIA MUNIC. FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.01-Secretaria Munic. da Fazenda e Planejam.		
4-Administração		
121-Planejamento e Orçamento		
2-PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO		
2.016.000-Manutenção dos serviços contábeis.	350.000,00	350.000,00
122-Administração Geral		
2-PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO		
1.003.000-Aquisição de Veículo para Fazenda e Planejamento.	50.000,00	50.000,00
2.011.000-Manutenção das atividades da Secretaria da Fazenda e Planejamento.	300.000,00	300.000,00
2.014.000-Manutenção de veículos da Secretaria da Fazenda.	2.000,00	2.000,00
2.162.000-Encargos sociais sobre serviços de terceiros.	56.000,00	56.000,00
123-Administração Financeira		
2-PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO		

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018 - Aprovada.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2019	Total
2.015.000-Manutenção dos serviços de arrecadação e fiscalização.	350.000,00	350.000,00
2.154.000-Contribuição ao PASEP	327.000,00	327.000,00
28-Encargos Especiais		
843-Serviço da Dívida Interna		
2-PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO		
0.001.000-Amortização e encargos da dívida pública.	460.000,00	460.000,00
0.002.000-Cumprimento de precatórios, sentenças judiciais, pensões e indenizações.	20.000,00	20.000,00
0.003.000-Manutenção de despesas com parcelamento de débito junto ao FUNPREV.	65.020,00	65.020,00
846-Outros Encargos Especiais		
2-PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO		
0.004.000-Despesas de exercícios anteriores e patronais de responsabilidade do FUNPREV.	1.300.000,00	1.300.000,00
05-SEC. MUNIC. DA SAÚDE E SANEAMENTO		
05.01-Sec. Munic. da Saúde e Saneamento		
4-Administração		
125-Normatização e Fiscalização		
5-PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SAÚDE		
2.119.000-Manutenção dos órgãos de aconselhamento a saúde e saneamento.	2.000,00	2.000,00
10-Saúde		
301-Atenção Básica		
5-PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SAÚDE		
1.056.000-Construção e ampliação de unidades básicas de saúde e centros especializados.	22.760,00	22.760,00
1.070.000-Aquisição de veículos e unidades móveis de saúde.	25.000,00	25.000,00
2.096.000-Atendimento integral aos serviços e programas de saúde.	6.000.000,00	6.000.000,00
2.097.000-Programa de incentivo as ações de vigilância sanitária.	70.000,00	70.000,00
2.098.000-Manutenção dos prédios, ambulatorios e unidades de saúde.	15.000,00	15.000,00
2.099.000-Atendimento à população com medicamentos e correlatos.	400.000,00	400.000,00
2.100.000-Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde e Saneamento.	180.000,00	180.000,00
2.105.000-Manutenção de veículos da Saúde.	265.000,00	265.000,00
2.283.000-Transferência para despesas do consórcio CISA município consorciado.	28.000,00	28.000,00
302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
5-PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SAÚDE		
2.102.000-Aquisição de equipamentos para atendimento aos serviços prestados pela Saúde.	10.000,00	10.000,00
305-Vigilância Epidemiológica		
5-PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SAÚDE		
2.226.000-Manutenção do programa de epidemiologia.	60.000,00	60.000,00
17-Saneamento		
512-Saneamento Básico Urbano		
5-PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SAÚDE		
1.050.000-Construção de módulos sanitarios domiciliares	5.420,00	5.420,00
06-SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
06.01-Secretaria Munic. Desenvolvimento Social		
4-Administração		
125-Normatização e Fiscalização		
6-DIREITOS A CIDADANIA, IGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		
2.121.000-Manutenção dos órgãos de aconselhamento ao desenvolvimento social.	2.000,00	2.000,00
8-Assistência Social		
122-Administração Geral		
6-DIREITOS A CIDADANIA, IGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		
2.120.000-Manutenção das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social.	250.000,00	250.000,00
2.237.000-Manutenção de veículos do Desenvolvimento Social	3.500,00	3.500,00
243-Assistência à Criança e ao Adolescente		
6-DIREITOS A CIDADANIA, IGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		
2.012.000-Apoio a pessoas em situação de risco social.	30.000,00	30.000,00
2.122.000-Conselho tutelar da criança e do adolescente.	115.000,00	115.000,00
2.253.000-Convênio com entidades de apoio a pessoas em situação de risco social.	10.000,00	10.000,00
244-Assistência Comunitária		
6-DIREITOS A CIDADANIA, IGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		
2.048.000-Manutenção dos centros comunitários.	3.000,00	3.000,00

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018 - Aprovada.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2019	Total
2.124.000-Apoio aos grupos de convivência.	25.000,00	25.000,00
422-Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
6-DIREITOS A CIDADANIA, IGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		
2.125.000-Manutenção de benefícios sociais eventuais.	30.000,00	30.000,00
2.209.000-Manutenção de programas de proteção social básica e especial.	50.000,00	50.000,00
482-Habitação Urbana		
6-DIREITOS A CIDADANIA, IGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		
2.127.000-Melhorias habitacionais.	40.000,00	40.000,00
812-Desporto Comunitário		
6-DIREITOS A CIDADANIA, IGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		
2.285.000-Manutenção de prédios da Secretaria do Desenvolvimento Social	6.000,00	6.000,00
14-Direitos da Cidadania		
422-Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
6-DIREITOS A CIDADANIA, IGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		
2.117.000-Manutenção das Atividades do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.	450.000,00	450.000,00
2.265.000-Manutenção e conservação de prédios do CRAS	20.000,00	20.000,00
16-Habitação		
482-Habitação Urbana		
6-DIREITOS A CIDADANIA, IGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		
1.022.000-Construção de casas populares	15.000,00	15.000,00
1.037.000-Aquisição de lotes e infraestrutura para loteamentos.	700.000,00	700.000,00
07-SECRETARIA MUNIC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.01-Manutenção e Desenvolv. Educação Básica		
4-Administração		
125-Normatização e Fiscalização		
4-EDUCANDO PARA TODOS		
2.069.000-Manutenção dos órgãos de aconselhamento a educação.	2.000,00	2.000,00
12-Educação		
361-Ensino Fundamental		
4-EDUCANDO PARA TODOS		
1.031.000-Construção de complexos esportivos.	5.000,00	5.000,00
1.077.000-Aquisição de veículos para a Educação.	5.000,00	5.000,00
2.051.000-Manutenção de prédios escolares - ENSINO FUNDAMENTAL.	55.000,00	55.000,00
2.053.000-Manutenção e desenvolvimento do ENSINO FUNDAMENTAL	220.000,00	220.000,00
2.054.000-Manutenção da merenda escolar - ENSINO FUNDAMENTAL	170.000,00	170.000,00
2.056.000-Manutenção do transporte escolar - ENSINO FUNDAMENTAL	850.000,00	850.000,00
2.063.000-Professores em efetivo exercício - ENSINO FUNDAMENTAL	3.000.000,00	3.000.000,00
365-Educação Infantil		
4-EDUCANDO PARA TODOS		
2.055.000-Manutenção da merenda escolar - E.I./PRÉ-ESCOLA	50.000,00	50.000,00
2.057.000-Manutenção de prédios escolares - EDUCAÇÃO INFANTIL.	6.000,00	6.000,00
2.058.000-Manutenção e desenvolvimento da E.I./PRÉ-ESCOLA	500.000,00	500.000,00
2.059.000-Manutenção do transporte escolar - EDUCAÇÃO INFANTIL	110.000,00	110.000,00
2.079.000-Manutenção da merenda escolar - E.I./CRECHE	40.000,00	40.000,00
2.246.000-Professores em efetivo exercício - E.I./PRÉ-ESCOLA	350.000,00	350.000,00
2.247.000-Professores em efetivo exercício - E.I./CRECHE	275.000,00	275.000,00
2.275.000-Manutenção e desenvolvimento da E.I./CRECHE	350.000,00	350.000,00
367-Educação Especial		
4-EDUCANDO PARA TODOS		
2.080.000-Manutenção da merenda escolar - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	2.600,00	2.600,00
368-Educação Básica		
4-EDUCANDO PARA TODOS		
2.052.000-Manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Cultura.	500.000,00	500.000,00
2.076.000-Manutenção de veículos da Secretaria de Educação.	18.000,00	18.000,00
07.02-Educação Suplementar, Desporto e Cultura		
4-Administração		
125-Normatização e Fiscalização		
8-POPULARIZAÇÃO E PROPAGAÇÃO DOS SEGMENTOS TURÍSTICOS E HISTÓRICOS		

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018 - Aprovada.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2019	Total
2.210.000-Manutenção dos órgãos de aconselhamento a cultura.	2.250,00	2.250,00
12-Educação		
362-Ensino Médio		
4-EDUCANDO PARA TODOS		
2.192.000-Manutenção do transporte escolar - ENSINO MÉDIO	110.000,00	110.000,00
363-Ensino Profissional		
4-EDUCANDO PARA TODOS		
2.206.000-Manutenção de transporte escolar - ENSINO PROFISSIONALIZANTE.	14.730,00	14.730,00
364-Ensino Superior		
4-EDUCANDO PARA TODOS		
2.207.000-Manutenção do transporte escolar - ENSINO SUPERIOR.	1.700,00	1.700,00
2.218.000-Apoio financeiro a União dos Estudantes Superiores de Condor - UESCO	115.000,00	115.000,00
367-Educação Especial		
4-EDUCANDO PARA TODOS		
2.060.000-Manutenção do PECMEC - Programa Educacional Complementar do Menor Empreendedor de Condor	2.260,00	2.260,00
2.094.000-Atendimento educacional especializado.	26.040,00	26.040,00
13-Cultura		
391-Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		
8-POPULARIZAÇÃO E PROPAGAÇÃO DOS SEGMENTOS TURÍSTICOS E HISTÓRICOS		
2.219.000-Manutenção das atividades do Museu Municipal	10.750,00	10.750,00
392-Difusão Cultural		
4-EDUCANDO PARA TODOS		
2.085.000-Biblioteca Pública Municipal.	9.180,00	9.180,00
27-Desporto e Lazer		
812-Desporto Comunitário		
7-UNIVERSALIZAÇÃO DO ESPORTE E LASER		
2.086.000-Apoio às iniciativas e programas integrados, culturais, artísticos, eclesiásticos e esportivos.	56.520,00	56.520,00
2.087.000-Manutenção dos complexos esportivos municipais.	36.070,00	36.070,00
2.177.000-Manutenção das atividades do Departamento de Desportos, Lazer e Recreação.	160.000,00	160.000,00
08-SECR. MUNIC. DA AGRICULT. E DESENV.RURAL		
08.01-Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural		
4-Administração		
125-Normatização e Fiscalização		
10-FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO LEITE		
2.147.000-Manutenção dos órgãos de aconselhamento a agricultura.	2.000,00	2.000,00
16-Habitação		
481-Habitação Rural		
10-FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO LEITE		
2.042.000-Programa de eletrificação rural.	5.870,00	5.870,00
20-Agricultura		
122-Administração Geral		
10-FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO LEITE		
2.138.000-Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural.	500.000,00	500.000,00
2.267.000-Manutenção de veículos Agricultura.	8.000,00	8.000,00
605-Abastecimento		
10-FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO LEITE		
2.208.000-Viveiro Municipal	4.000,00	4.000,00
606-Extensão Rural		
10-FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO LEITE		
2.139.000-Manutenção de convênio com EMATER.	51.200,00	51.200,00
608-Promoção da Produção Agropecuária		
10-FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO LEITE		
1.021.000-Aquisição de máquinas e implementos agrícolas.	5.000,00	5.000,00
2.142.000-Programa troca-troca de sementes e insumos.	12.000,00	12.000,00
2.144.000-Assistência ao pequeno produtor rural.	8.580,00	8.580,00
2.239.000-Promoção das agroindústrias e produtos coloniais.	1.530,00	1.530,00
609-Defesa Agropecuária		
10-FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO LEITE		

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018 - Aprovada.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2019	Total
2.140.000-Programa de recuperação ambiental.	1.500,00	1.500,00
2.141.000-Conservação de Máquinas e Implementos.	60.000,00	60.000,00
2.160.000-Manutenção de Serviços de Licenciamento Ambiental	18.530,00	18.530,00
2.197.000-Manutenção de despesas com campanha de vacinação	10.000,00	10.000,00
09-SECR. MUNIC. DA IND. COM. SERV. TURISMO		
09.01-Secr. Munic. da Ind. Com. Serv. Turismo		
4-Administração		
125-Normatização e Fiscalização		
11-CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
2.137.000-Manutenção dos órgãos de aconselhamento ao desenvolvimento	2.000,00	2.000,00
22-Indústria		
661-Promoção Industrial		
11-CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
2.222.000-Infraestrutura para formação de áreas industriais.	50.000,00	50.000,00
665-Normalização e Qualidade		
11-CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
2.133.000-Cursos de capacitação profissional	18.130,00	18.130,00
23-Comércio e Serviços		
691-Promoção Comercial		
11-CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
1.012.000-Aquisição de imóvel para ampliação de áreas industriais.	70.000,00	70.000,00
2.131.000-Manutenção das atividades da Secretaria da Indústria Com. Serviços e Turismo	140.000,00	140.000,00
2.240.000-Promoção da indústria, comércio e serviços.	8.000,00	8.000,00
695-Turismo		
11-CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
2.216.000-Promoção do Turismo	3.500,00	3.500,00
10-SECRETARIA MUNIC. OBRAS E SERV. URBANOS		
10.01-Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos		
4-Administração		
122-Administração Geral		
9-EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MOBILIDADE E URBANISMO		
1.035.000-Ampliação de Prédio do Centro Administrativo	500.000,00	500.000,00
2.023.000-Manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.	350.000,00	350.000,00
6-Segurança Pública		
183-Informação e Inteligência		
9-EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MOBILIDADE E URBANISMO		
1.014.000-Ação de monitoramento no centro da cidade.	30.000,00	30.000,00
14-Direitos da Cidadania		
422-Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
9-EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MOBILIDADE E URBANISMO		
2.034.000-Manutenção dos cemitérios municipais.	2.260,00	2.260,00
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
9-EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MOBILIDADE E URBANISMO		
1.002.000-Revitalização da Praça Pedro Gartner	50.000,00	50.000,00
1.010.000-Pavimentação de ruas.	60.000,00	60.000,00
1.057.000-Passeios públicos para pedestres.	50.800,00	50.800,00
2.022.000-Conservação e manutenção dos prédios públicos	30.000,00	30.000,00
2.024.000-Abrigos para pedestres.	11.000,00	11.000,00
2.026.000-Manutenção de praças, parques, jardins e arborização urbana.	30.000,00	30.000,00
2.028.000-Aquisições e desapropriações de imóveis de interesse público.	5.670,00	5.670,00
2.030.000-Manutenção, recuperação e sinalização de vias públicas.	25.000,00	25.000,00
452-Serviços Urbanos		
9-EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MOBILIDADE E URBANISMO		
2.032.000-Manutenção das atividades urbanas.	570.000,00	570.000,00
2.039.000-Coleta e reciclagem de resíduos sólidos.	310.000,00	310.000,00
17-Saneamento		
511-Saneamento Básico Rural		

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018 - Aprovada.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2019	Total
9-EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MOBILIDADE E URBANISMO		
1.088.000-Construção de redes abastecimento de água potável.	5.420,00	5.420,00
2.037.000-Manutenção das redes de distribuição de água potável	21.000,00	21.000,00
25-Energia		
752-Energia Elétrica		
9-EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MOBILIDADE E URBANISMO		
2.035.000-Iluminação pública na área urbana e rural.	210.000,00	210.000,00
26-Transporte		
782-Transporte Rodoviário		
9-EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MOBILIDADE E URBANISMO		
1.001.000-Construção de pontes, pontilhões e bueiros.	11.320,00	11.320,00
1.027.000-Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos.	11.320,00	11.320,00
1.085.000-Pavimentação de estradas no interior.	660.380,00	660.380,00
2.038.000-Construção e manutenção de redes de galerias pluviais	25.000,00	25.000,00
2.043.000-Manutenção do sistema viário.	750.000,00	750.000,00
2.045.000-Manutenção de veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria de Obras.	550.000,00	550.000,00
11-FUNPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA		
11.01-FUNPREV - FUNDO DE PREVID. SERVIDORES		
4-Administração		
122-Administração Geral		
3-RESPONSABILIDADE NA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		
2.021.000-Manutenção de atividades operacionais do FUNPREV.	80.000,00	80.000,00
9-Previdência Social		
272-Previdência do Regime Estatutário		
3-RESPONSABILIDADE NA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		
2.019.000-Manutenção da folha de inativos e pensionistas.	2.500.000,00	2.500.000,00
2.020.000-Manutenção dos benefícios previdenciários.	400.000,00	400.000,00
99-Reserva de Contingência		
997-Reserva do RPPS.		
999-RESERVAS		
9.998.000-RESERVA DO RPPS	1.418.430,00	1.418.430,00
12-RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
12.01-RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
99-Reserva de Contingência		
999-Reserva de Contingência		
999-RESERVAS		
9.999.000-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00
TOTAL DA LDO	32.230.600,00	32.230.600,00

Prefeitura Municipal de Condor - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados aprovados

Página: 1 de 14
02/10/2018 14:08

Exercício: 2019

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores						
Programa: 0001 - AÇÃO LEGISLATIVA ATUANTE						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
0.008 - Recuperação de passivo atuarial do FUNPREV.	Câmara Municipal de Vereadores	O	UNIDADE	und	1,00	4.220,00
1.048 - Constituição de sede própria do Legislativo Municipal.	Câmara Municipal de Vereadores	P	UNIDADE	und	1,00	155.200,00
2.001 - Manutenção das atividades gerais do Legislativo.	Câmara Municipal de Vereadores	A	UNIDADE	und	1,00	772.320,00
2.002 - Manutenção de encargos sociais do Legislativo.	Câmara Municipal de Vereadores	A	UNIDADE	und	1,00	4.180,00
2.003 - Divulgação e Publicidade do Poder legislativo.	Câmara Municipal de Vereadores	A	UNIDADE	und	1,00	14.040,00
2.044 - Manutenção de prédio do Legislativo	Câmara Municipal de Vereadores	A	UNIDADE	und	1,00	60.390,00
2.178 - Apoio cultural a Associação Comunitária Condorenses.	Câmara Municipal de Vereadores	A	UNIDADE	und	1,00	19.500,00
2.211 - Recepções, homenagens e honrarias (Legislativo).	Câmara Municipal de Vereadores	A	UNIDADE	und	1,00	3.240,00
2.244 - Manutenção de contratos ou convênios de assessoria técnica.	Câmara Municipal de Vereadores	A	UNIDADE	und	1,00	16.870,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.049.960,00

Prefeitura Municipal de Condor - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados aprovados

Página: 2 de 14
02/10/2018 14:08

Exercício: 2019

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito						
Programa: 0002 - PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.005 - Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	Gabinete do Prefeito	A	UNIDADE	und	1,00	600.300,00
2.006 - Recepções Homenagens e Honrarias (Executivo)	Gabinete do Prefeito	A	UNIDADE	und	1,00	3.000,00
2.007 - Realização de atividades em datas comemorativas.	Gabinete do Prefeito	A	UNIDADE	und	1,00	20.000,00
2.009 - Manutenção de Veículos do Gabinete do Prefeito.	Gabinete do Prefeito	A	UNIDADE	und	1,00	20.000,00
2.257 - Manutenção de despesas com serviços voluntários	Gabinete do Prefeito	A	UNIDADE	und	1,00	3.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						646.300,00

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 03.01 - Secretaria Municipal da Administração						
Programa: 0002 - PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.010 - Divulgação e publicidade do Poder Executivo.	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	30.000,00
2.013 - Ações comemorativas ao dia do Trabalho e do Servidor Público.	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	4.500,00
2.148 - Contribuições a Entidades representativas.	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	40.000,00
2.149 - Manutenção de assessorias técnicas.	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	26.000,00
2.151 - Manutenção de encargos diversos.	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	150.000,00
2.152 - Convênios com o Poder Judiciário.	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	8.600,00
2.155 - Manutenção de Convênio com o IPERGS	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	302.000,00
2.170 - Apoio cultural a Associação Comunitária Condoreense.	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	18.000,00
2.194 - Manutenção de convênios de serviços com o Estado e União	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	115.000,00
2.260 - Manutenção dos órgãos de aconselhamento a administração.	Secretaria Municipal da Administração	A	CONSELHO	und	1,00	2.000,00
2.271 - Apoio na realização de eventos locais e regionais.	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	15.000,00
2.278 - Manutenção das atividades da Secretaria da Administração	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	700.000,00
2.279 - Manutenção de veículos da Administração.	Secretaria Municipal da Administração	A	UNIDADE	und	1,00	10.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.421.100,00

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 04.01 - Secretaria Munic. da Fazenda e Planejamento.						
Programa: 0002 - PLANEJAMENTO GERENCIAL E GESTÃO						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
0.001 - Amortização e encargos da dívida pública.	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	O	UNIDADE	und	1,00	460.000,00
0.002 - Cumprimento de precatórios, sentenças judiciais, pensões e indenizações.	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	O	UNIDADE	und	1,00	20.000,00
0.003 - Manutenção de despesas com parcelamento de débito junto ao FUNPREV.	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	O	UNIDADE	und	1,00	65.020,00
0.004 - Despesas de exercícios anteriores e patronais de responsabilidade do FUNPREV.	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	O	UNIDADE	und	1,00	1.300.000,00
1.003 - Aquisição de Veículo para Fazenda e Planejamento.	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	P	UNIDADE	und	1,00	50.000,00
2.011 - Manutenção das atividades da Secretaria da Fazenda e Planejamento.	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	A	UNIDADE	und	1,00	300.000,00
2.014 - Manutenção de veículos da Secretaria da Fazenda.	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	A	UNIDADE	und	1,00	2.000,00
2.015 - Manutenção dos serviços de arrecadação e fiscalização.	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	A	UNIDADE	und	1,00	350.000,00
2.016 - Manutenção dos serviços contábeis.	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	A	UNIDADE	und	1,00	350.000,00
2.154 - Contribuição ao PASEP	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	A	UNIDADE	und	1,00	327.000,00
2.162 - Encargos sociais sobre serviços de terceiros.	Secretaria Munic. da Fazenda e Planej.	A	UNIDADE	und	1,00	56.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						3.280.020,00

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 05.01 - Sec. Munic. da Saúde e Saneamento						
Programa: 0005 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SAÚDE						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.050 - Construção de módulos sanitarios domiciliares	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	P	UNIDADE	und	1,00	5.420,00
1.056 - Construção e ampliação de unidades básicas de saúde e centros especializados.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	P	UNIDADE	und	1,00	22.760,00
1.070 - Aquisição de veículos e unidades móveis de saúde.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	P	UNIDADE	und	1,00	25.000,00
2.096 - Atendimento integral aos serviços e programas de saúde.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	A	UNIDADE	und	1,00	6.000.000,00
2.097 - Programa de incentivo as ações de vigilância sanitária.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	A	UNIDADE	und	1,00	70.000,00
2.098 - Manutenção dos prédios, ambulatorios e unidades de saúde.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	A	UNIDADE	und	1,00	15.000,00
2.099 - Atendimento à população com medicamentos e correlatos.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	A	UNIDADE	und	1,00	400.000,00
2.100 - Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde e Saneamento.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	A	UNIDADE	und	1,00	180.000,00
2.102 - Aquisição de equipamentos para atendimento aos serviços prestados pela Saúde.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	A	UNIDADE	und	1,00	10.000,00
2.105 - Manutenção de veículos da Saúde.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	A	UNIDADE	und	1,00	265.000,00
2.119 - Manutenção dos órgãos de aconselhamento a saúde e saneamento.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	A	CONSELHO	und	1,00	2.000,00
2.226 - Manutenção do programa de epidemiologia.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	A	UNIDADE	und	1,00	60.000,00
2.283 - Transferência para despesas do consórcio CISA município consorciado.	Sec. Munic. da Saúde e Saneamento	A	UNIDADE	und	1,00	28.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						7.083.180,00

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 06.01 - Secretaria Munic. Desenvolvimento Social						
Programa: 0006 - DIREITOS A CIDADANIA, IGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.022 - Construção de casas populares	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	P	UNIDADE	und	1,00	15.000,00
1.037 - Aquisição de lotes e infraestrutura para loteamentos.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	P	UNIDADE	und	1,00	700.000,00
2.012 - Apoio a pessoas em situação de risco social.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	30.000,00
2.048 - Manutenção dos centros comunitários.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	3.000,00
2.117 - Manutenção das Atividades do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	450.000,00
2.120 - Manutenção das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	250.000,00
2.121 - Manutenção dos órgãos de aconselhamento ao desenvolvimento social.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	CONSELHO	und	1,00	2.000,00
2.122 - Conselho tutelar da criança e do adolescente.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	115.000,00
2.124 - Apoio aos grupos de convivência.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	25.000,00
2.125 - Manutenção de benefícios sociais eventuais.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	30.000,00
2.127 - Melhorias habitacionais.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	40.000,00
2.209 - Manutenção de programas de proteção social básica e especial.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	50.000,00
2.237 - Manutenção de veículos do Desenvolvimento Social	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	3.500,00
2.253 - Convênio com entidades de apoio a pessoas em situação de risco social.	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	10.000,00
2.265 - Manutenção e conservação de prédios do CRAS	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	20.000,00
2.285 - Manutenção de prédios da Secretaria do Desenvolvimento Social	Secretaria Munic. Desenvolvimento Social	A	UNIDADE	und	1,00	6.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.749.500,00

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 07.01 - Manutenção e Desenvolv. Educação Básica						
Programa: 0004 - EDUCANDO PARA TODOS						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.031 - Construção de complexos esportivos.	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	P	UNIDADE	und	1,00	5.000,00
1.077 - Aquisição de veículos para a Educação.	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	P	UNIDADE	und	1,00	5.000,00
2.051 - Manutenção de prédios escolares - ENSINO FUNDAMENTAL.	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	55.000,00
2.052 - Manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Cultura.	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	500.000,00
2.053 - Manutenção e desenvolvimento do ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	220.000,00
2.054 - Manutenção da merenda escolar - ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	170.000,00
2.055 - Manutenção da merenda escolar - E.I./PRÉ-ESCOLA	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	50.000,00
2.056 - Manutenção do transporte escolar - ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	850.000,00
2.057 - Manutenção de prédios escolares - EDUCAÇÃO INFANTIL.	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	6.000,00
2.058 - Manutenção e desenvolvimento da E.I./PRÉ-ESCOLA	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	500.000,00
2.059 - Manutenção do transporte escolar - EDUCAÇÃO INFANTIL	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	110.000,00
2.063 - Professores em efetivo exercício - ENSINO FUNDAMENTAL	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	3.000.000,00
2.069 - Manutenção dos órgãos de aconselhamento a educação.	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	CONSELHO	und	1,00	2.000,00
2.076 - Manutenção de veículos da Secretaria de Educação.	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	18.000,00
2.079 - Manutenção da merenda escolar - E.I./CRECHE	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	40.000,00
2.080 - Manutenção da merenda escolar - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	2.600,00
2.246 - Professores em efetivo exercício - E.I./PRÉ-ESCOLA	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	350.000,00
2.247 - Professores em efetivo exercício - E.I./CRECHE	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	275.000,00
2.275 - Manutenção e desenvolvimento da E.I./CRECHE	Manutenção e Desenvolv. Educação Básica	A	UNIDADE	und	1,00	350.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						6.508.600,00

Prefeitura Municipal de Condor - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados aprovados

Página: 8 de 14
02/10/2018 14:08

Exercício: 2019

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 07.02 - Educação Suplementar, Desporto e Cultura						
Programa: 0004 - EDUCANDO PARA TODOS						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.060 - Manutenção do PECMEC - Programa Educacional Complementar do Menor Empreendedor de Condor	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	2.260,00
2.085 - Biblioteca Pública Municipal.	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	9.180,00
2.094 - Atendimento educacional especializado.	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	26.040,00
2.192 - Manutenção do transporte escolar - ENSINO MÉDIO	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	110.000,00
2.206 - Manutenção de transporte escolar - ENSINO PROFISSIONALIZANTE.	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	14.730,00
2.207 - Manutenção do transporte escolar - ENSINO SUPERIOR.	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	1.700,00
2.218 - Apoio financeiro a União dos Estudantes Superiores de Condor - UESCO	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	115.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						278.910,00

Prefeitura Municipal de Condor - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados aprovados

Página: 9 de 14
02/10/2018 14:08

Exercício: 2019

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 07.02 - Educação Suplementar, Desporto e Cultura						
Programa: 0007 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ESPORTE E LASER						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.086 - Apoio às iniciativas e programas integrados, culturais, artísticos, eclesiásticos e esportivos.	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	56.520,00
2.087 - Manutenção dos complexos esportivos municipais.	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	36.070,00
2.177 - Manutenção das atividades do Departamento de Desportos, Lazer e Recreação.	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	160.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						252.590,00

Exercício: 2019

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 07.02 - Educação Suplementar, Desporto e Cultura						
Programa: 0008 - POPULARIZAÇÃO E PROPAGAÇÃO DOS SEGMENTOS TURÍSTICOS E HISTÓRICOS						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.210 - Manutenção dos órgãos de aconselhamento a cultura.	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	CONSELHO	und	1,00	2.250,00
2.219 - Manutenção das atividades do Museu Municipal	Educação Suplementar, Desporto e Cultura	A	UNIDADE	und	1,00	10.750,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						13.000,00

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 08.01 - Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural						
Programa: 0010 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO LEITE						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.021 - Aquisição de máquinas e implementos agrícolas.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	P	UNIDADE	und	1,00	5.000,00
2.042 - Programa de eletrificação rural.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	5.870,00
2.138 - Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	500.000,00
2.139 - Manutenção de convênio com EMATER.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	51.200,00
2.140 - Programa de recuperação ambiental.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	1.500,00
2.141 - Conservação de Máquinas e Implementos.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	60.000,00
2.142 - Programa troca-troca de sementes e insumos.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	12.000,00
2.144 - Assistência ao pequeno produtor rural.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	8.580,00
2.147 - Manutenção dos órgãos de aconselhamento a agricultura.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	2.000,00
2.160 - Manutenção de Serviços de Licenciamento Ambiental	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	18.530,00
2.197 - Manutenção de despesas com campanha de vacinação	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	10.000,00
2.208 - Viveiro Municipal	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	4.000,00
2.239 - Promoção das agroindústrias e produtos coloniais.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	1.530,00
2.267 - Manutenção de veículos Agricultura.	Secr.Munic. Agricultura e Desenv. Rural	A	UNIDADE	und	1,00	8.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						688.210,00

Prefeitura Municipal de Condor - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados aprovados

Página: 11 de 14
02/10/2018 14:08

Exercício: 2019

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 09.01 - Secr. Munic. da Ind. Com. Serv. Turismo						
Programa: 0011 - CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.012 - Aquisição de imóvel para ampliação de áreas industriais.	Secr. Munic. da Ind. Com. Serv. Turismo	P	UNIDADE	und	1,00	70.000,00
2.131 - Manutenção das atividades da Secretaria da Indústria Com. Serviços e Turismo	Secr. Munic. da Ind. Com. Serv. Turismo	A	UNIDADE	und	1,00	140.000,00
2.133 - Cursos de capacitação profissional	Secr. Munic. da Ind. Com. Serv. Turismo	A	UNIDADE	und	1,00	18.130,00
2.137 - Manutenção dos órgãos de aconselhamento ao desenvolvimento	Secr. Munic. da Ind. Com. Serv. Turismo	A	CONSELHO	und	1,00	2.000,00
2.216 - Promoção do Turismo	Secr. Munic. da Ind. Com. Serv. Turismo	A	UNIDADE	und	1,00	3.500,00
2.222 - Infraestrutura para formação de áreas industriais.	Secr. Munic. da Ind. Com. Serv. Turismo	A	UNIDADE	und	1,00	50.000,00
2.240 - Promoção da indústria, comércio e serviços.	Secr. Munic. da Ind. Com. Serv. Turismo	A	UNIDADE	und	1,00	8.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						291.630,00

Prefeitura Municipal de Condor - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados aprovados

Página: 12 de 14
02/10/2018 14:08

Exercício: 2019

Situação: Aprovado

Fundamento Legal: Lei Municipal n. 2.537/2018

Data: 27/09/2018

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 10.01 - Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos						
Programa: 0009 - EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MOBILIDADE E URBANISMO						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.001 - Construção de pontes, pontilhões e bueiros.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	P	UNIDADE	und	1,00	11.320,00
1.002 - Revitalização da Praça Pedro Gartner	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	P	UNIDADE	und	1,00	50.000,00
1.010 - Pavimentação de ruas.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	P	UNIDADE	und	1,00	60.000,00
1.014 - Ação de monitoramento no centro da cidade.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	P	UNIDADE	und	1,00	30.000,00
1.027 - Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	P	UNIDADE	und	1,00	11.320,00
1.035 - Ampliação de Prédio do Centro Administrativo	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	P	UNIDADE	und	1,00	500.000,00
1.057 - Passeios públicos para pedestres.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	P	UNIDADE	und	1,00	50.800,00
1.085 - Pavimentação de estradas no interior.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	P	UNIDADE	und	1,00	660.380,00
1.088 - Construção de redes abastecimento de água potável.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	P	UNIDADE	und	1,00	5.420,00
2.022 - Conservação e manutenção dos prédios públicos	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	30.000,00
2.023 - Manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	350.000,00
2.024 - Abrigos para pedestres.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	11.000,00
2.026 - Manutenção de praças, parques, jardins e arborização urbana.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	30.000,00
2.028 - Aquisições e desapropriações de imóveis de interesse público.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	5.670,00
2.030 - Manutenção, recuperação e sinalização de vias públicas.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	25.000,00
2.032 - Manutenção das atividades urbanas.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	570.000,00
2.034 - Manutenção dos cemitérios municipais.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	2.260,00
2.035 - Iluminação pública na área urbana e rural.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	210.000,00
2.037 - Manutenção das redes de distribuição de água potável	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	21.000,00

Prefeitura Municipal de Condor - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019
Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações
Dados aprovados

Página: 13 de 14
02/10/2018 14:08

2.038 - Construção e manutenção de redes de galerias pluviais	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	25.000,00
2.039 - Coleta e reciclagem de resíduos sólidos.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	310.000,00
2.043 - Manutenção do sistema viário.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	750.000,00
2.045 - Manutenção de veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria de Obras.	Sec. Munic. Obras e Serv. Urbanos	A	UNIDADE	und	1,00	550.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						4.269.170,00

Tipo: Lei

Tipo: Lei

Tipo: Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO						
Unidade: 12.01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
Programa: 0999 - RESERVAS						
Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	P	UNIDADE	und	1,00	300.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						300.000,00